

## Primeira Infância Antirracista na segurança pública: o que difere o menino e o menor?



Maíra da Silva Souza

Columbia Global Center Rio de Janeiro

Columbia Women's Leadership Network | Cohort 2024

Outubro 2024 | Rio de Janeiro

## 1. OBJETIVO

A partir da estratégia PIA – Primeira Infância Antirracista, desenvolvida pelo UNICEF Brasil, abrir um novo eixo e ampliar a sensibilização de Guarda Municipais do Rio de Janeiro sobre os impactos do racismo no desenvolvimento infantil desde os primeiros anos de vida, bem como promover uma lente antirracista nas abordagens, ações e patrulhamento que envolvam crianças negras, suas famílias e a comunidade.

Trata-se de uma intervenção programática que considera raça e gênero de forma transversal e intencional, com a incorporação do PIA no universo da segurança pública, a partir de um piloto a ser realizado no território da Pavuna ou de outra localidade a definir. Ao aproximar esta agenda à pauta da infância e do enfrentamento ao racismo, espera-se a prevenção e proteção das crianças negras contra as violências de cunho racial.

## 2. CONTEXTO

É ainda na primeira infância, período dos 0 aos 6 anos de idade, que crianças negras e indígenas vivenciam pela primeira vez alguma experiência de racismo - este, entendido como um fator promotor de estresse tóxico e como um fator estruturante de múltiplas formas de violência. Uma vez que o racismo estigmatiza e hierarquiza as diferenças entre as crianças, impacta diferentes dimensões do desenvolvimento infantil, como a construção da autoestima, da identidade, da sociabilização, e da saúde física e mental.

A fim de endereçar essa questão, o UNICEF Brasil desenvolveu a estratégia PIA – Primeira Infância Antirracista, que tem como objetivo chamar a atenção de profissionais brasileiros da educação, assistência social e saúde sobre os impactos do racismo no desenvolvimento infantil, além de garantir um atendimento qualificado e humanizado, que leve em consideração as especificidades étnicas e raciais das crianças e suas famílias, apoiando mães, pais ou cuidadores a exercer uma parentalidade positiva e estruturante das bases do desenvolvimento infantil. Lançadas em 2023, as oficinas do PIA já alcançaram mais de 4.600 profissionais de diferentes áreas, bem como lideranças comunitárias e representantes dos movimentos negros e indígenas brasileiros de 8 capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, São Luis, Belém e Manaus) e em 2 estados (Ceará e Pernambuco).

Apesar do alcance do PIA, nota-se que ainda existe um distanciamento grande da pauta da primeira infância e do antirracismo com a agenda da segurança pública – esta, marcada no imaginário popular pelas políticas de repressão e uso da força, crime organizado, sistema penitenciário e pela suposta guerra às drogas. Ora, por que um menino negro sozinho na rua, aos 5 anos, não nos assusta e nos move para uma ação imediata? Por que um policial enxerga uma criança negra como um risco e uma ameaça, ao invés de um sujeito merecedor de proteção? O que separa o menino do “menor”?

Os conceitos de necropolítica de Achille Mbembe e de negropolítica de Grada Kilomaba nos ajudam a responder essas perguntas e a entender como o poder estatal, sobretudo através de instituições como as forças de segurança, opera como mediador, determinando a vida e a morte das populações negras. De acordo com o último Panorama da Violência Sexual e Letal no Brasil, um menino negro de 0 a 19 anos tem 4 vezes mais chances de ser assassinado do que um branco, e 21 vezes mais do que uma menina branca da mesma idade. No Rio de Janeiro, 70,1% das crianças de 0 a 11 anos vítimas de mortes violentas intencionais são negras, e 82,9% dos 12 aos 17 anos. É urgente não naturalizar o absurdo da violência que impede meninos negros de chegarem vivos e saudáveis à adolescência e à vida adulta, assim como é necessário não normalizar a violação de seus direitos e a negligência de serviços e mecanismos de proteção para garantir que todas as crianças tenham um desenvolvimento pleno.

## **RESULTADOS ESPERADOS**

3.1. Metodologia formativa do PIA adaptada para o trabalho dos agentes de segurança pública, com foco em Guarda Municipais que atuam em contexto de violência armada de centros urbanos.

3.2. Ao menos, 30 Guardas Municipais da cidade do Rio de Janeiro mobilizados, capacitados e sensibilizados sobre os impactos do racismo no desenvolvimento infantil, nas famílias e na comunidade. Cabe destacar que, em 2024, um piloto de uma formação com 80 guardas municipais do Município de Campinas foi conduzido no contexto do projeto “Guarda Amiga do Adolescente Campineiro”.

3.3. Ao menos, 30 Guardas Municipais do Rio de Janeiro desenvolvendo uma lente antirracista no cotidiano das abordagens, ações e operações, sobretudo que envolvam meninos negros nos

territórios marcados pela violência. Considerando o território da Pavuna, cerca de 22.461 crianças de 0 a 6 anos podem ser indiretamente impactadas.

3.4. “Plano Municipal da Primeira Infância Antirracista” elaborado pela Prefeitura do Rio de Janeiro em parceria com o escritório do UNICEF no Rio de Janeiro e envolvendo gestores da Segurança Pública.

3.5. PIA solidificado enquanto intervenção programática concreta para prevenção e respostas às violências baseadas em gênero e racismo, e uma possibilidade de estratégia eficiente na prevenção dos homicídios, podendo ser escalado para outras capitais da Agenda Cidade UNICEF.

3.6. UNICEF Rio de Janeiro com poder de convocação alavancado para diálogo com atores da segurança pública, representantes da sociedade civil, governos municipais, estaduais e federal, atuando como mediador entre estes atores para construir uma narrativa e estratégia comum voltada à redução da violência contra criança e adolescentes.

### 3. ATIVIDADES

As atividades se organizarão a partir dos eixos de:

- i) **Planejamento e preparação:** haverá o processo de cocriação do novo caderno do PIA Segurança Pública, inspirado no processo criativo utilizado para os demais cadernos setoriais em 2023. Reuniremos diversos parceiros e atores (listados a seguir) para discutir, de forma colaborativa, as melhores abordagens e conteúdos que comporão o material. Com o apoio de consultores externos e/ou de um parceiro implementador selecionado, o caderno será desenvolvido, redigido e diagramado, juntamente com outros recursos de mídia, como vídeos e cards para redes sociais. Haverá também um material sobre a percepção dos adolescentes negros sobre o contexto de segurança pública e violência armada. Paralelamente, o escritório do Rio de Janeiro continuará seu trabalho de advocacy e articulação política, assegurando a colaboração da GMRJ e de outros parceiros-chave do governo municipal.
- ii) **Implementação:** em parceria com a equipe de Comunicação do UNICEF, os novos materiais serão amplamente disseminados nas redes sociais, com atenção à acessibilidade da linguagem e visando alcançar não apenas o público já engajado, mas também os "não-convertidos". Após a finalização dos materiais, serão planejadas e realizadas oficinas presenciais de capacitação

para até 30 guardas municipais atuantes no território selecionado (como a Pavuna, a princípio). Essas oficinas serão conduzidas por um parceiro implementador e facilitadores treinados na metodologia PIA, capacitados para lidar com um público potencialmente desafiador.

**iii) Monitoramento e escala:** será feita a sistematização, avaliação e monitoramento das atividades durante e após as oficinas, garantindo o acompanhamento dos encaminhamentos propostos pelos participantes e pela Prefeitura. Caso o projeto tenha sucesso, ele será replicado em outros territórios do Rio de Janeiro e/ou em outras capitais participantes da Agenda Cidade UNICEF.

#### 4. ATORES ENVOLVIDOS

Na coordenação institucional, os atores envolvidos neste projeto incluem os escritórios do UNICEF no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. O escritório do Rio de Janeiro será responsável pelas articulações locais, planejamento e implementação da estratégia, enquanto o de São Paulo oferecerá apoio técnico com base na experiência do projeto-piloto em Campinas. Já o escritório de Brasília contribuirá com suporte técnico das áreas de Proteção contra as Violências e Primeira Infância, além de ser responsável pela mobilização de recursos financeiros e pela coordenação da expansão do projeto para outros territórios de atuação do UNICEF no Brasil.

A Prefeitura do Rio de Janeiro também terá um papel crucial, com participação de órgãos importantes como a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial, a Casa Civil e a Academia de Ensino da Guarda Municipal (GMRJ). Além de mobilizar os agentes, a GMRJ será peça central no desenvolvimento de uma estratégia de formação continuada, alinhada com outras iniciativas da Prefeitura voltadas para a infância e o combate ao racismo. O Comitê para Prevenção de Homicídios de Adolescentes contribuirá ativamente no refinamento da metodologia, com o objetivo de reduzir a letalidade entre crianças, adolescentes e jovens negros.

Diversas organizações da sociedade civil que atuam nos direitos da criança, combate ao racismo e promoção da segurança pública também serão parceiras fundamentais. Por fim, em linha com o princípio de "nada sobre nós sem nós", lideranças comunitárias, coletivos de mães, adolescentes, jovens e famílias que vivem em áreas vulneráveis, como a Pavuna, se unirão a esses esforços.

## 5. RISCOS

Os principais riscos deste projeto estão ligados ao engajamento dos agentes e à sustentabilidade da iniciativa após os momentos formativos. Há um desinteresse político em priorizar a agenda de enfrentamento ao racismo desde a primeira infância, considerada por muitos como uma pauta desnecessária ou exagerada. Isso pode resultar em baixa adesão dos guardas municipais às oficinas formativas presenciais e em um engajamento superficial após o término das atividades. Para garantir a efetiva incorporação dos conhecimentos adquiridos e o acompanhamento das mudanças propostas durante as oficinas, será necessário desenvolver, em parceria com a Prefeitura e parceiros, um processo contínuo de monitoramento e avaliação das ações e encaminhamentos discutidos.

Além disso, há desafios na captação de recursos de doadores privados (empresas, filantropia e indivíduos), devido à sensibilidade do tema, especialmente quando se trata de segurança pública, que muitos parceiros privados consideram polêmico.

## 6. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. Cadernos PIA – Primeira Infância Antirracista. Brasília: UNICEF Brasil, 2023.

BRASIL. Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. INSPIRE, Ending Violence Against Children e Teoria Inicial da Mudança sobre Violência Armada no Brasil. Brasília: UNICEF.

BRASIL. Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. Panorama de Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil 2021-2023. Brasília: UNICEF

HARVARD CENTER ON THE DEVELOPING CHILD. How Racism Can Affect Child Development. Cambridge, 2019. Disponível em: <https://developingchild.harvard.edu>. Acesso em: 16 out. 2024.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.